

Cascavel, 24 de setembro de 2021.

Referência: Processo nº 000939/2021

Pregão Eletrônico 1009/2021 – UNIOESTE/HUOP

Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando a contratação de empresa especializada em locação de equipamentos/tecnologias para a realização de exames imuno-hematológicos, com fornecimento parcelado de insumos e reagentes compatíveis com os equipamentos/tecnologias locados para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

Ementa: *Análise de pedido de impugnação em face ao qualificação econômico-financeira.*

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de *impugnação* enviado pela empresa **Grifols Brasil Ltda**, CNPJ. nº 02.513.899/000171, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando a contratação de empresa especializada em locação de equipamentos/tecnologias para a realização de exames imuno-hematológicos, com fornecimento parcelado de insumos e reagentes compatíveis com os equipamentos/tecnologias locados para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

A empresa:

“De Campo Largo para Oeste do Paraná, 22 de setembro de 2021.

Ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná Estado do Paraná

Ilma. Sra. Pregoeira,

Ref. Edital de Pregão Eletrônico nº 1009/2021

Processo nº 000939/2021 - Sessão Pública: 27/9/2021

GRIFOLS BRASIL LTDA ("GRIFOLS"; "IMPUGNANTE"), sociedade limitada constituída e atuando de acordo com a legislação do Brasil, com sede à Avenida Gianni Agnelli, 1909-Fazendinha - CEP 83.607-430- Campo Largo - PR. Brasil, CNPJ 02.513.89910001-71, por seu representante legal adiante assinado, vem à presença de V. S., com fundamento no artigo 24 do Decreto nº 10.024/19, artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/93 e item 3.2 do Edital, para apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL nos termos adiante expostos:

1. O Edital do Pregão Eletrônico nº 1009/2021 ("Edital") ora impugnado tem como objeto a "locação de equipamentos/tecnologias para a realização de exames imuno-hematológicos, com fornecimento parcelado de insumos e reagentes compatíveis com os equipamentos/tecnologias locados do Hospital Universitário do Oeste do Paraná-HUOP."

2. O item 12 e subitens do Edital prevê os requisitos de habilitação de fornecedores, exigindo apresentação de documentação referente a i) regularidade fiscal e trabalhista; ii) habilitação jurídica; iii) habilitação técnica jurídica; iv) qualificação econômico-financeira.

3. Ainda, o item 12.1 menciona que "os licitantes que possuem a habilitação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF" deverão anexar ao sistema os documentos relacionados aos itens 12.4.4 (certidão simplificada emitida pela Junta Comercial), 12.6.1 (certidão de falência e concordata com validade de 90 dias) e 18.5 (documentação relacionada à habilitação técnica jurídica),

podendo deixar de apresentar os demais documentos referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira.

4. Especificamente em relação à qualificação econômico-financeira, objeto da presente impugnação, o item 12.6.1 do Edital prevê como único requisito a apresentação tão somente de "certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente, com validade de no, no máximo, 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão".

5. Da leitura do Edital, em especial do item 12.1, verifica-se que é apresentada uma opção/faculdade aos licitantes. Ou seja, os licitantes que possuem habilitação regular no SICAF, poderão deixar de apresentar a documentação de habilitação, com exceção dos documentos previstos nos itens 12.4.4. e 12.6.1.

6. A conclusão que se obtém da leitura do trecho destacado no parágrafo anterior é que, os licitantes que não possuem habilitação regular (sendo regular a palavra-chave), poderão optar por juntar todos os documentos. elencados no item 12 do Edital.

7. Ao possibilitar o exercício tal opção/faculdade aos licitantes, verifica se que o Edital acaba por impor uma condição, a princípio, desigual aos licitantes, na medida em que, os requisitos de habilitação perante o SICAF são substancialmente mais complexos que os requisitos do Edital, em especial, quanto ao quesito "Qualificação Econômico-financeira". Explica-se.

8. A exigência da de apenas apresentar a certidão constante do Item 12.6.1 para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira para comprovação de tal requisito de Habilitação

por aqueles licitantes que não possuem habilitação regular junto ao SICAF, se demonstra desarrazoado no contexto dos critérios legais relacionados à qualificação econômico financeira, bem como, desigual no âmbito principiológico da Lei 8.666/93 e seu art. 3º. Explica-se.

9. Nos termos do art. 31 da Lei nº 8.666/93 e art. 77 Lei Estadual nº 15.608/2007, a documentação relativa à qualificação econômico-financeira limita-se ao i) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; ii) à certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física; iii) à garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e §1º do art. 102 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

10. Nas palavras do jurista Marçal Justen Filho¹:

A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Excetuadas as hipóteses de pagamento antecipado, incumbirá ao contrato executar com recursos próprios o objeto de sua prestação. [...] O interessado deverá dispor de recursos financeiros para custeio das despesas (mão de obra, matérias-primas, maquinário, tecnologia) necessárias ao cumprimento advindas do contrato. Aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular de direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir inviabilidade da execução satisfatória do contrato e impossibilidade de arcar com as consequências de eventual inadimplemento.

11. *A comprovação da qualificação econômico-financeira não consiste em mera formalidade legal. Ao contrário, tem por finalidade assegurar que a licitante eventualmente vencedora possui condições de cumprir as obrigações firmadas com a Administração Pública, que, por sua vez, tem a finalidade de atendimento e preservação do interesse público.*

12. *Em que pese o art. 31 da Lei nº 8.666/93 não mencionar expressamente a cumulação dos requisitos constantes em seus incisos, tem-se que o ato convocatório deve definir precisamente o meio de exibição das demonstrações financeiras, levando-se em conta dois princípios norteadores: a) vedação à avaliação discricionária da Comissão e b) instrumentalidade das formas.*

13. *Em outras linhas, o ato convocatório deve prever expressamente os meios de habilitação, em especial, os critérios de avaliação da qualificação econômico-financeira, evitando-se dúvidas e omissão de documentação. Ademais, a exigência de documentação contábil "destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante", pretendendo-se aferir com a seriedade necessária a realidade econômica da licitante. Ademais, tais requisitos, devem ser igualitários e isonômicos entre todos os licitantes, a fim de se garantir a competitividade e, conseqüentemente, eficiência e vantajosidade do certame.*

14. *No caso em apreço, o objeto da licitação é a locação de equipamentos de alto custo, além do fornecimento de reagentes a eles compatíveis.*

15. *Deste modo, não se mostra razoável e proporcional a exigência, na hipótese de participação de um licitante que não possui habilitação regular no SICAF, de tão somente uma*

certidão negativa, que não atesta seguramente a saúde financeira da empresa e tampouco estabelece critérios de avaliação, o que por si só, evidencia possível inobservância vantajosidade, ao princípio da vantajosidade.

16. Sob outro prisma, reitera-se que o instrumento convocatório faculta ao licitante a utilização do SICAF ou apresentação da documentação relacionada à habilitação.

17. Tal faculdade não acarretaria nenhum óbice, não fosse a desigualdade entre a documentação exigida pelo SICAF e a documentação relacionada à habilitação e exigida pelo Edital.

18. Isto porque o cadastramento no SICAF, nível VI, tal como mencionado no Edital (item 12.1), prevê que a comprovação da qualificação econômico-financeira depende necessariamente da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, elaborados e registrados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, documentos estes não exigidos pelo Edital.

19. Ora, se o Edital faculta a utilização do SICAF, que contém critérios mais rigorosos, ou a apresentação de tão somente uma certidão negativa de falência e concordata com validade de 90 dias, evidencia-se a possível quebra da isonomia e competitividade no certame.

20. Neste sentido, a vedação contida no art. 3º § 1º, I da Lei nº 8.666/93 é exatamente a premissa que se deve considerar no caso em comento.

21. Vale dizer que o art. 3º da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) garante que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

22. Do que se extrai acima, o processo licitatório busca alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública a partir de uma ampla concorrência, respeitados preceitos fundamentais, dentre eles, a isonomia, impessoalidade e competitividade.

23. In casu, identifica-se potencial violação aos princípios da isonomia e competitividade, uma vez que a manutenção do Edital, da forma em que se encontra, afasta as regras impostas a todos os licitantes.

24. Na lição do Mestre Marçal Justen Filho":

A isonomia significa, de modo geral, o livre acesso de todo e qualquer interessado à disputa pela contratação com a Administração. Como decorrência direta e imediata da isonomia, é vedado à Administração escolher um particular sem observância de um procedimento seletivo adequado e prévio, em que sejam estabelecidas exigências proporcionadas à natureza do objeto a ser executado. (...). A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista diferença. (g.n.)

25. Ademais, a isonomia também está ligada ao interesse coletivo, eis que, uma vez estabelecidos critérios igualitários, amplia-se a disputa no certame e a apresentação de ofertas e, por conseguinte, há redução de preços, traduzindo-se em contratações mais vantajosas para a Administração Pública.

26. O que se busca demonstrar com a presente Impugnação, com devida vênia, é que o Edital, tal como descrito linhas acima, prevê faculdade que acaba por gerar critérios distintos e desproporcionais de análise da qualificação econômico-financeira das licitantes.

27. Conclui-se que, pela inobservância aos princípios que norteiam o processo licitatório, em especial, o da isonomia e competitividade, a vantajosidade acaba por ser maculada diretamente.

28. Assim que, de modo a assegurar a isonomia e competitividade, uma vez admitida a utilização do SICAF, faz-se necessária a alteração do item 12.6 do Edital, para incluir ao rol de documentos necessários à habilitação aqueles previstos no cadastramento do SICAF, em especial, a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, relacionados à qualificação econômico-financeira.

29. Destarte, requer-se respeitosamente o recebimento e acolhimento da presente Impugnação, de modo a alterar o item 12.6 nos termos da fundamentação supra.

30. Na remota hipótese de a presente impugnação não ser acolhida, requer-se desde logo, que seja esclarecido expressamente se os licitantes que não possuem habilitação regular no SICAF deverão, obrigatoriamente, apresentar todos

os documentos exigidos aos níveis vinculados e vigentes I, II, III, IV e VI, além dos documentos exigidos no Item 12 do Edital, a fim de se garantir a isonomia, competitividade, vantajosidade e eficiência do certame em questão”

Estes são os fatos apresentados.

Relatados. Passa-se a decidir:

Pois bem!

Primeiramente informamos que, para participação nos pregões eletrônicos via sistema comprasnet, basta as empresas possuírem o credenciamento, que é o nível básico do cadastro, conforme orientado em sua página eletrônica:

“5 - Quem pode realizar o cadastramento no Sicaf? O registro no nível credenciamento é obrigatório?

O cadastramento no Sicaf poderá ser realizado pelo fornecedor interessado ou quem o represente. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão e RDC, em sua forma eletrônica, bem como na Cotação Eletrônica.” (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sicaf-normativo>) Grifo nosso.

Dessa forma, de acordo com o citado, o Edital não exige que os licitantes estejam regulares em todos os níveis de cadastramento no Sicaf, e sim, prevê o aproveitamento dos documentos que os licitantes possuem habilitação regular.

O Artigo 77 da Lei 15.608/2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União, traz que:

“Art. 77. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I - ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser

atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - à certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física;

III - à garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 102 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.”

Observa-se assim, que a Lei traz os limites de documentação relativa à qualificação econômico-financeira e não o que a Instituição deverá obrigatoriamente solicitar em seus Editais.

Dessa forma, a Instituição estabeleceu e deixa claro em seu Edital que o documento que é solicitado para comprovação desta qualificação é a certidão negativa de falência ou concordata, conforme inciso II do Art. 77 da Lei 15.608/2007, citado acima.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, mas nego-lhe provimento.

Assim, conforme parecer da equipe técnica, o edital será mantido conforme já publicado.

Atenciosamente,

Verônica Zanchettin

Pregoeira